



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

EDITAL TRE-CE Nº 90040/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2025.0.000016534-4

OBJETO:	Prestação de serviço de locação de veículos, por diária, para atendimento às necessidades do Ciclo Eleitoral de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência, anexo 2 do Edital.
MODALIDADE: PREGÃO FORMA: ELETRÔNICA	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis.	
UNIDADE REQUISITANTE: Núcleo de Transportes - NTR	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item	
DIVISIBILIDADE DO OBJETO: (X) Divisível por item () Divisível por grupo () Indivisível	
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20 DE MAIO DE 2026, ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.091.568,20(um milhão, noventa e um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).	

MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO DECRETO Nº 8.538, de 2015: () Tipo I (licitação exclusiva) () Tipo II (subcontratação de ME/EPP) () Tipo III (cota principal e reservada) (X) Não se aplicam.	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA: Não	PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA: Não
RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL) PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 11 DO EDITAL) As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br . Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes . Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal.	
CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007	

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90040/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90040/2026, visando à contratação do serviço abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviço de locação de veículos por diária, para atendimento às necessidades do Ciclo Eleitoral de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência (anexo 2):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Locação de veículo tipo sedan com motorista	Diária	924
2	Locação de veículo tipo sedan – câmbio manual – sem motorista	Diária	1826
3	Locação de veículo tipo sedan – câmbio automático – sem motorista	Diária	312

1.2. A descrição pormenorizada do serviço, dos requisitos da contratação e da execução contratual consta dos tópicos 3 a 5 do Termo de Referência (anexo 2 do edital).

1.3. A especificação do objeto de forma pormenorizada e de acordo com as justificativas contidas nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP - Anexo 3.

1.4. A licitação será realizada em 3 itens, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.5. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPRASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão todas as empresas que atendam às exigências do edital e estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Neste certame, a participação foi ampliada para todos os portes de empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.6.9. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União e Sítio do TCU.

2.9.1. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.9 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.10. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor unitário por item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário proposto, por item, considerando apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do serviço, preço unitário e total, por meio de campo próprio do sistema, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.5.1. Anexar à proposta declaração de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes aos serviços a serem prestados, assumindo todas as condições para a execução do objeto.

4.5.2. Os serviços cotados deverão necessariamente atender à especificação do objeto, o ciclo de vida e os requisitos de sustentabilidade descritos no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de prestar o serviço especificado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico,

sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa “aberto/fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2. empresas brasileiras;

- 5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.
- 5.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.
- 5.21.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.
- 5.21.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.
- 5.21.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.
- 5.21.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.23. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.
- 6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria,

com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. **Para julgamento será adotado o critério de MENOR VALOR TOTAL POR ITEM**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente,

na forma da lei.

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(a) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista ([Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#)) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas neste item 7.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. Para fins de habilitação deverá ser apresentado pela empresa licitante:

7.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5.2. comprovante de inscrição no CNPJ ou CPF, se for o caso.

7.5.3. Para fins de qualificação técnico-operacional serão exigidos:

7.5.3.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução de serviços de locação de veículos compatíveis em natureza e vulto com o objeto desta contratação, observando-se o seguinte:

a) Para os serviços que envolvam disponibilização de motoristas, os atestados deverão comprovar a execução de contratos de locação de veículos com motorista, incluindo, no mínimo, a disponibilização de condutores devidamente habilitados, a gestão operacional da frota e a prestação contínua do serviço por período determinado.

b) Para os serviços que não envolvam disponibilização de motoristas, os atestados deverão comprovar a execução de contratos de locação de veículos, incluindo, no mínimo, a disponibilização de frota em condições de uso, a realização de manutenção preventiva e corretiva e a substituição de veículos em caso de indisponibilidade.

c) A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada mediante a apresentação de um ou mais

atestados, admitindo-se o somatório de quantitativos, inclusive de contratos executados de forma concomitante.

d) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

e) O fornecedor deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida a apresentação de cópia do contrato que lhes deu origem, endereço da contratante e local de execução do objeto, dentre outros documentos pertinentes.

f) Os atestados apresentados deverão evidenciar, sempre que possível, a capacidade da licitante para atendimento simultâneo de demandas, mediante a disponibilização de múltiplos veículos em operação concomitante, compatível com as necessidades da presente contratação.

7.5.3.2. A licitante deverá declarar que dispõe, ou que terá condições de dispor, de estrutura operacional e frota suficiente para o atendimento simultâneo das demandas previstas, conforme quantitativos estimados neste Termo de Referência.

7.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.7. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email enviadas para o e-mail selic@tre-ce.jus.br.

7.8. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.9. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.9.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.9.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.9.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou

entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.17.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.17.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado aos Pregoeiros deste Tribunal.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços

públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do Contrato;

d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;

c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 9.1 e as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 9.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea "f" deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade de infração cometida;

b) peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

9.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email selic@tre-ce.jus.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

10.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

11. DA CONSULTA AO CADIN E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º- A da Lei nº 10.522/2002.

11.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

11.1.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, o(a) pregoeiro(a) alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de não celebrar o ajuste caso a situação se mantenha.

11.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada nova consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º- A da Lei 10522/2002.

11.3. Homologado o resultado desta licitação, a contratação será efetivada por meio de assinatura de termo de contrato ou confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

11.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

11.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

11.6. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

11.7. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgado relatório final dos itens após encerrada a sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário

anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-ce.jus.br.

12.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

12.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos :

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares
- ANEXO 4 – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO 5 – Preços de Referência.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2026 - TRE/CE
ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA

Dados da Empresa (NOME e CNPJ):

Endereço (incluindo CEP):

Fone e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Dados Bancários:

Proposta de preços para prestação de serviço de locação de veículos por diária, para atendimento às necessidades do Ciclo Eleitoral de 2026 conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no edital e no Anexo 2 – Termo de Referência, conforme os preços abaixo indicados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de veículo tipo sedan com motorista	DIÁRIA	924	R\$	R\$
2	Locação de veículo tipo sedan – câmbio manual – sem motorista	DIÁRIA	1826	R\$	R\$
3	Locação de veículo tipo sedan – câmbio automático – sem motorista	DIÁRIA	312	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					R\$

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão incluídos: impostos, tributos, encargos sociais, fiscais e comerciais, e quaisquer outros relativos à prestação dos serviços, bem como despesas necessárias à sua execução e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90040/2026.

_____/____, de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2026 - TRE/CE
ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA

LOCAÇÃO DE VEÍCULO POR DIÁRIA - CICLO ELEITORAL DE 2026

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1 Contratação de serviço de locação de veículos por diária, para atendimento às necessidades do Ciclo Eleitoral de 2026, conforme especificações e quantitativos do quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Locação de veículo tipo sedan com motorista	25380	Diária	924
2	Locação de veículo tipo sedan – câmbio manual – sem motorista	401-4	Diária	1.826
3	Locação de veículo tipo sedan – câmbio automático – sem motorista	401-4	Diária	312

1.2 A contratação justifica-se pela insuficiência da frota própria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará para atender às demandas simultâneas e concentradas do período eleitoral, conforme verificado em pleitos anteriores e relatado nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP DOC. SEI 0001364625, anexo a este Termo de Referência.

1.3 O Ciclo Eleitoral de 2026 demanda elevada mobilidade de equipes técnicas, administrativas e de fiscalização, bem como suporte logístico contínuo às zonas eleitorais da capital, tornando imprescindível a locação de veículos por diária para garantir a regularidade das atividades eleitorais, o cumprimento do calendário legal e a mitigação de riscos operacionais.

1.4 As estimativas decorrem do Planejamento Integrado de Eleições – PIE, acrescidas de reserva técnica de 10% para os itens 2 e 3, conforme metodologia constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.5 O quantitativo contratado será utilizado sob demanda, não havendo obrigatoriedade de consumo integral das diárias estimadas.

1.6 A empresa contratada deverá estar apta para disponibilizar, de forma simultânea, a quantidade de veículos necessária para atender a cada período de execução contratual, conforme a previsão de utilização apresentada no tópico da especificação da utilização do serviço. O cumprimento da simultaneidade é obrigatório, considerando a ocorrência de demandas concomitantes em períodos críticos do calendário eleitoral, sendo condição indispensável para a plena execução das atividades previstas e para a regular condução das ações da Justiça Eleitoral durante o Pleito Eleitoral de 2026.

NATUREZA DO OBJETO

1.7 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência e aquelas constantes no CATSER informado, prevalecerá o disposto neste instrumento.

VIGÊNCIA

1.9 O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.9.1 Embora o objeto consista em serviço não contínuo, vinculado especificamente ao Ciclo Eleitoral de 2026, a adoção da vigência anual justifica-se como medida de prudência administrativa. A experiência de pleitos anteriores demonstra a possibilidade de prorrogações de atividades operacionais, diligências pós-eleição, demandas supervenientes de deslocamento, bem como a eventual realização de eleições suplementares, cenários que podem exigir a manutenção do serviço por período superior ao inicialmente estimado.

1.9.2 A definição da vigência em 1(um) ano, não descaracteriza a natureza não contínua da contratação, uma vez que:

- a) a necessidade é temporária, não permanente;
- b) a execução financeira ocorrerá apenas pelas diárias efetivamente utilizadas;
- c) não há obrigação de consumo mínimo ou prestação contínua;
- d) o prazo ampliado tem função exclusivamente preventiva, garantindo disponibilidade e evitando contratações emergenciais; e
- e) a solução está em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e com os limites orçamentários aplicáveis.

1.9.3 Assim, a vigência anual configura solução administrativa mais vantajosa, contribuindo para a segurança jurídica, a continuidade operacional em cenários extraordinários e a boa gestão dos recursos públicos.

REAJUSTE

1.9.4 Considerando que a contratação possui cronograma de execução e quantidade estimadas de diárias, assim como o prazo para realização dos serviços é de até um ano, o preço será fixo e irrevogável

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A presente contratação tem por objetivo o fornecimento de veículos para atendimento às Zonas Eleitorais da Capital, destinados ao desempenho de atividades cartorárias, ações de fiscalização da propaganda eleitoral e demais diligências administrativas, que incluem o suporte necessário ao deslocamento de servidores e equipes de trabalho no exercício de suas atribuições institucionais.

2.2 Além disso, a contratação visa disponibilizar veículos para prestação de apoio técnico às Zonas Eleitorais do interior, bem como para a distribuição de materiais e equipamentos necessários ao regular funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A Locação de veículos para os itens dessa contratação ocorrerá por demanda (diária), para suporte às situações excepcionais em que o número de veículos locados de forma permanente não seja suficiente para o atendimento de demandas extraordinárias e para prestar suporte, durante o período eleitoral, às atividades de preparação e realização das Eleições de 2026

3.2 - Especificações para o item 1 :

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Locação de veículo tipo sedan com motorista Veículo do tipo SEDAN, capacidade para transportar, no mínimo, 4 (quatro) passageiros, ano modelo a partir de 2022, com ar condicionado. A diária de locação do veículo com motorista que ficará à disposição do TRE/CE equivalerá ao período de 9 (nove) horas, já incluída 1 (uma) hora de intervalo.	25380	Diária	924

3.2.1 Planejamento de utilização das diárias para o item 1:

ELEIÇÕES 2026 – SEDAN COM MOTORISTA – CARTÓRIOS DA CAPITAL

Atendimento	Período	Qt. Veículos	Qt. Diárias
Diretoria do Fórum	01/07/2026 a 31/08/2026	3	132
Cartórios	01/09/2026 a 03/10/2026	8	192
Cartórios	05/10/2026 a 24/10/2026	4	60
Cartórios	04/10/2026 e 25/10/2026	34	68
Equipe de segurança e forças policiais	dia do 1º e 2º turno do Pleito de 2026 (dias 04/10/2026 e 25/10/2026, respectivamente)	17	34

Atendimento	Período	Qt. Veículos	Qt. Diárias
Total			486

ELEIÇÕES 2026 – SEDAN COM MOTORISTA – FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA

Atendimento	Período	Qtd. Veículos	Qt. Diárias
Cartórios	15/08/2026 a 04/10/2026	6	306
Cartórios	05/10/2026 a 26/10/2026	6	132
Total			438

CONSOLIDADO GERAL – SEDAN COM MOTORISTA

Descrição	Qt. Diárias
Cartórios da Capital e forças de segurança e forças policiais	536
Fiscalização de Propaganda	438
TOTAL GERAL	924

3.2.2 As atividades relativas ao 2º turno estarão condicionadas à sua realização.

3.2.3 As quantidades de diárias indicadas acima são meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.2.4 A CONTRATADA disponibilizará os veículos com a franquia de 70 (setenta) quilômetros por diária. Os quilômetros não utilizados se acumularão em forma de crédito para utilização posterior. Para efeito de pagamento, será considerado como quilometragem excedente, aquela que ultrapassar o produto do número total de diárias pela franquia de quilômetros: (nº total de diárias x 70km).

3.2.5 Será pago R\$2,00 (dois reais) por cada quilômetro excedente.

3.2.6 O fornecimento de combustível será responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.7 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA que deverá verificar se os veículos que serão disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

3.2.8 A CONTRATADA substituirá imediatamente os veículos que apresentem, durante a execução das atividades, defeitos de qualquer natureza.

3.2.9 A CONTRATADA deverá manter os veículos limpos e abastecidos.

3.2.10 A CONTRATADA será a única responsável por eventuais infrações de trânsito cometidas por seus motoristas no exercício de suas funções.

3.2.11 Dependendo da necessidade, a duração da diária poderá ser extrapolada. Nesse caso, poderá ser feita a compensação de horas (minutos) excedentes nos dias subsequentes, bem como poderá haver liberação antecipada a fim de formar banco de horas para utilização ulterior.

3.2.12 Na impossibilidade da compensação de horário, será pago o valor da diária dividido por 480 (quatrocentos e oitenta) para cada minuto excedente: (valor diária/480).

3.2.13 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA formulário de circulação de veículos, devidamente identificado, que deverá ser preenchido pelos motoristas para controle de horário e quilometragem.

3.3 Especificações para os itens 2 e 3:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
2	<p>Locação de veículo tipo sedan – câmbio manual – sem motorista</p> <p>Veículo do tipo SEDAN, capacidade para transportar, no mínimo, 4 (quatro) passageiros, ano modelo a partir de 2024, com ar condicionado, 4 portas, película de proteção solar nos vidros, câmbio manual, motor no mínimo 1.0 movido a etanol ou biocombustível com tecnologia flex.</p>	4014	Diária	1.826

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
3	<p>Locação de veículo tipo sedan – câmbio automático – sem motorista</p> <p>Veículo do tipo SEDAN, capacidade para transportar, no mínimo, 4 (quatro) passageiros, ano modelo a partir de 2024, com ar condicionado, 4 portas, película de proteção solar nos vidros, câmbio com transmissão automática, motor no mínimo 1.0, movido a etanol ou biocombutível com tecnologia flex.</p>	4014	Diária	312

3.3.1 Planejamento de execução das diárias para os itens 2 e 3 :

ELEIÇÕES 2026 – VEÍCULOS SEM MOTORISTA (NAT e IA)				
(Tabela com Reserva Técnica de 10%)				
Período	Qtd. Veículos	Total de Diárias (com reserva)	Câmbio Manual	Câmbio Automático
NAT – 1ª Viagem (30/08/2026 a 12/09/2026)	40	491	417	74
NAT – 2ª Viagem (20/09/2026 a 06/10/2026)	40	674	572	102
NAT – 3ª Viagem – 2º Turno (14/10/2026 a 27/10/2026)	40	555	472	83
Viagens de instalação e atualização – IA (15/05/2026 a 10/08/2026)	7	363	310	53
Secretaria- vigência contratual	7	55	55	
Total Geral			1.826	312

3.3.1.1 As quantidades de diárias indicadas acima são meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.3.2 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 3 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2026.

3.3.2.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

3.3.3 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade Civil Facultativa - Danos Materiais	R\$ 70.000,00
Responsabilidade Civil Facultativa - Danos Corporais	R\$ 70.000,00

3.3.4 Em caso de danos ou avarias, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistro (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiros e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

3.3.5 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

3.3.6 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

3.3.7 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

3.3.8 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

3.3.9 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

3.3.10 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar,

na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO	PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas
De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

3.3.11 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

3.3.12. Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

3.3.13 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

3.3.14 Havendo infrações de trânsito decorrente da locação, a CONTRATADA deve encaminhar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

3.3.15 Não havendo intenção de recurso, a CONTRATADA procederá à indicação do condutor infrator junto ao órgão de trânsito competente.

3.3.16 A CONTRATADA, quando do recebimento da penalidade de multa de trânsito, realizará o pagamento devido com desconto e solicitará reembolso à CONTRATANTE, mediante comprovação dos gastos que obteve com a infração.

3.3.17 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada aos servidores designados pelo TRE-CE

3.3.18 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

3.3.19 Os veículos serão entregues a CONTRATANTE pela CONTRATADA com o tanque cheio.

3.3.20 Os veículos serão devolvidos a CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque também cheio.

3.3.21 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

3.3.22 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

3.3.23 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

3.3.24 No termo de vistoria conterà o check-list do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

3.3.25 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

3.3.26 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

3.3.27 Será admitida tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo, sem incidência de cobrança adicional. Ultrapassado esse limite, o tempo excedente será cobrado de forma proporcional desde o primeiro minuto que exceder o horário originalmente pactuado para devolução, observado o limite máximo correspondente a 1 (uma) diária.

3.3.28 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

3.3.29 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

3.3.30 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

CICLO DE VIDA

3.4 Não se aplica.

4.1 Requisitos para o item 1- veículo do tipo sedan com motorista

- a) capacidade para transportar, no mínimo, 5 (cinco) passageiros, incluído o motorista, ano modelo 2022 ou superior, com ar condicionado. A diária de locação do veículo com motorista que ficará à disposição do TRE/CE equivalerá ao período de 9 (nove) horas, já incluída 1 (uma) hora de intervalo.
- b) Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruído fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente.
- c) Sustentabilidade: Somente será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável, como etanol e biodiesel, inclusive por meio de tecnologia flex, nos termos da Lei nº 9.660/1998.
- d) Os veículos disponibilizados deverão estar devidamente registrados e licenciados junto ao órgão de trânsito competente, devendo o contratado comprovar, quando da disponibilização, a regularidade documental, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado e comprovação de quitação do IPVA, seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável) e eventuais multas de trânsito.
- e) Os motoristas deverão: possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria exigida para cada tipo de veículo; estar em plena aptidão física e mental, comprovado quando solicitado, por meio do Atestado de Saúde Ocupacional -ASO previsto na NR-07 da Portaria nº 3.214/1978 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), em conformidade com a legislação de trânsito vigente; apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.
- f) A documentação comprobatória referente ao atendimento dos requisitos previstos nas alíneas anteriores deverá ser apresentada ao Núcleo de Transportes (NTR) previamente ao início da execução dos serviços.

4.2 Requisitos para o item 2- veículo tipo sedan – sem motorista (câmbio manual)

- a) possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a etanol ou biocombustível, com tecnologia flex, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano modelo 2024 ou superior.
- b) Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata.
- c) Os veículos disponibilizados deverão estar devidamente registrados e licenciados junto ao órgão de trânsito competente, devendo o contratado comprovar, quando da disponibilização, a regularidade documental, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado e comprovação de quitação do IPVA, seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável) e eventuais multas de trânsito.

4.3 Requisitos para o item 3 - veículo do tipo sedan – sem motorista (câmbio automático)

- a) possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a etanol ou biocombustível, com tecnologia flex, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano modelo 2024 ou superior.
- b) Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata.
- c) Os veículos disponibilizados deverão estar devidamente registrados e licenciados junto ao órgão de trânsito competente, devendo o contratado comprovar, quando da disponibilização, a regularidade documental, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado e comprovação de quitação do IPVA, seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável) e eventuais multas de trânsito.

4.4 SUBCONTRATAÇÃO

4.5 É admitida a subcontratação parcial do objeto apenas para o item 1, nas seguintes condições:

4.5.1 A subcontratação fica limitada até 82% do quantitativo previsto exclusivamente para os dias do pleito eleitoral (1º turno e, se houver, 2º turno), em razão do aumento excepcional e concentrado da demanda operacional nesses dias.

4.5.2 Justificativa para subcontratação: A execução contratual apresenta picos extraordinários nos dias do pleito eleitoral, quando há necessidade simultânea de grande número de veículos para atividades de fiscalização, suporte logístico e atendimento às zonas eleitorais. A manutenção de frota própria dimensionada para esse pico, durante toda a vigência contratual, seria antieconômica e operacionalmente inadequada. Assim, a subcontratação parcial e temporária, restrita aos dias de votação, amplia a competitividade do certame, viabiliza a execução eficiente do objeto e assegura a continuidade das atividades essenciais da Justiça Eleitoral, permanecendo a responsabilidade integral da contratada.

4.6 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

4.7 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.7.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

4.8 VISTORIA

4.8.1 Para os itens 2 e 3, no ato do recebimento do veículo objeto da locação, o servidor designado deverá proceder à vistoria detalhada, com o objetivo de verificar a conformidade do bem com as condições estabelecidas neste instrumento.

4.8.2 Para tanto, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I – estado geral de conservação do veículo, incluindo lataria, pintura, estofamento e limpeza;
- II – condições de funcionamento dos sistemas mecânicos e elétricos, tais como freios, iluminação, sinalização, direção, ar-condicionado e painel de instrumentos;
- III – regularidade da documentação obrigatória (CRLV válido), bem como o licenciamento e demais exigências legais;
- IV – presença dos equipamentos obrigatórios, nos termos da legislação de trânsito vigente;
- V – existência de avarias, riscos, amassados ou quaisquer danos aparentes;
- VI – nível de combustível e quilometragem registrada no momento da entrega;
- VII – comprovação da cobertura securitária exigida contratualmente.

4.8.3 Constatada qualquer irregularidade ou desconformidade nas condições do veículo, este poderá ser recusado pelo servidor responsável, devendo a contratada providenciar sua substituição imediatamente, sem prejuízo da aplicação das possíveis penalidades cabíveis.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá dinâmica operacional vinculada ao Planejamento Integrado das Eleições 2026 (PIE), contemplando disponibilização programada e sob demanda de veículos tipo sedan, com e sem motorista, para atendimento das atividades técnicas, administrativas, logísticas e de fiscalização eleitoral na Capital.

Início da execução

5.1.1 A execução dos serviços, após a assinatura do contrato, será iniciada na data e horário definidos na Ordem de Serviço emitida pelo Gestor ou Fiscal do contrato, a qual deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para o Item 1 e de 48 (quarenta e oito) horas para os Itens 2 e 3.

5.1.2 Para os Itens 2 e 3, o prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, caso a CONTRATADA não disponha, no momento da mobilização, de veículos com película de proteção solar devidamente instalada

Métodos, rotinas e procedimentos de execução

5.1.2 A prestação dos serviços observará as seguintes diretrizes operacionais:

- a) disponibilização de veículos sob demanda, conforme requisições formais da Administração;
- b) atendimento simultâneo em períodos críticos do calendário eleitoral, inclusive dias de votação e fiscalização intensiva;
- c) substituição imediata de veículos indisponíveis por falha mecânica, acidente ou inadequação operacional;
- d) disponibilização de suporte operacional contínuo (24h), especialmente durante fases críticas do pleito;
- e) controle de utilização por meio de requisições, termos de vistoria, relatórios de circulação e registros de quilometragem;
- f) observância das normas de trânsito, segurança, sigilo funcional e orientações da Justiça Eleitoral.

5.1.3 Dinâmica por atividades utilizando os veículos da presente contratação:

A) Atividades desenvolvidas pela Diretoria do Fórum Eleitoral de Fortaleza- DIFOR: coordenar e apoiar as atividades administrativas necessárias ao funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral na capital. Nesse contexto, a DIFOR atua no auxílio da logística das atividades eleitorais, no planejamento das ações operacionais e na articulação entre os cartórios eleitorais e as demais unidades do Tribunal.

B) Atividades desenvolvidas pelos Cartórios Eleitorais: são responsáveis pela execução direta de diversas atividades relacionadas à organização e condução do processo eleitoral no âmbito de suas respectivas zonas eleitorais. Entre as principais atividades desempenhadas destacam-se a realização de visitas técnicas aos locais de votação, com a finalidade de verificar condições de acesso, infraestrutura, segurança e adequação dos espaços destinados à instalação das seções eleitorais. Também cabe aos cartórios a fiscalização dos locais de votação, garantindo que estejam em conformidade com as orientações da Justiça Eleitoral. Nos dias de votação, cada zona eleitoral da capital pode demandar o uso de veículos para transporte e apoio logístico, inclusive para atender deslocamentos de juizes eleitorais, promotores

eleitorais e equipes de apoio, garantindo a fiscalização adequada do pleito e a pronta resolução de eventuais ocorrências e outras atividades relacionadas.

C) Atividades desenvolvidas pela equipe de segurança e forças policiais: a Assessoria de Segurança e Inteligência deste Regional – ASINT, poderá, sempre que necessário, utilizar os veículos com apoio de Oficiais da Polícia Militar do Ceará-PM/CE que auxiliarão nas ações de segurança relacionadas às atividades da Justiça Eleitoral, especialmente em situações que demandem reforço operacional. Tal apoio poderá ser requerido principalmente nos locais de apuração dos votos, bem como em eventuais situações de anormalidade ou risco à ordem pública, com o objetivo de garantir a integridade das pessoas, a proteção do patrimônio público e a regularidade do processo eleitoral.

D) Atividades de fiscalização da propaganda eleitoral: os veículos com motoristas serão utilizados para o deslocamento das equipes responsáveis pela verificação do cumprimento da legislação eleitoral nas diversas áreas das zonas eleitorais. Esses deslocamentos possibilitam a realização de vistorias em vias públicas e demais locais onde haja divulgação de propaganda, permitindo a identificação de irregularidades e a adoção das providências cabíveis pela Justiça Eleitoral, além de viabilizar o transporte de servidores, juízes eleitorais e, quando necessário, membros do Ministério Público Eleitoral durante as ações de fiscalização.

E) Atividades do Núcleo de Apoio Técnico – NAT: as atividades do Núcleo de Apoio Técnico compreendem ações de suporte técnico às zonas eleitorais do interior, as quais frequentemente demandam o deslocamento de servidores para atendimento direto aos cartórios eleitorais. Essas ações incluem apoio no carregamento e preparação de mídias, bem como suporte técnico na instalação, verificação e leitura de equipamentos utilizados no processo de totalização dos votos, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas e equipamentos empregados nas atividades eleitorais. Tais deslocamentos são realizados com o objetivo de assegurar a continuidade e a regularidade das operações técnicas necessárias ao processamento e à consolidação dos resultados do pleito, bem como para promover a modernização e o adequado funcionamento dos equipamentos tecnológicos, sempre que houver necessidade de atualização, manutenção ou eventual substituição.

F) Atividades da Secretaria do Tribunal: os veículos poderão ser utilizados por servidores da Secretaria do Tribunal para a realização de deslocamentos institucionais necessários ao apoio das atividades relacionadas ao processo eleitoral. Entre essas atividades, incluem-se a realização de treinamentos nas zonas eleitorais do interior do estado, bem como avaliações técnicas relacionadas ao pleito eleitoral. Também poderão ser utilizados por equipes do setor de engenharia, quando houver necessidade de deslocamento ao interior para verificar as condições físicas dos ambientes onde ocorrerão as votações ou as atividades de apuração do pleito, a fim de assegurar que os espaços atendam aos requisitos estruturais e operacionais necessários ao adequado funcionamento das atividades eleitorais.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2. Os serviços serão prestados, prioritariamente, na cidade de Fortaleza/CE, abrangendo: sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; cartórios eleitorais da capital e unidades administrativas e operacionais vinculadas ao pleito.

5.2.1 Os veículos poderão ser utilizados em todo o território do Estado do Ceará e, excepcionalmente, em outras unidades da federação, quando necessário ao cumprimento de atividades eleitorais.

5.3. O horário de prestação dos serviços será variável, conforme a natureza das atividades eleitorais, podendo ocorrer em regime: diurno; noturno; finais de semana e feriados; bem como em horários extraordinários nos dias de votação.

5.3.1 O horário poderá ser alterado conforme interesse da Administração e conforme as necessidades operacionais do calendário eleitoral.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas operacionais mínimas:

5.4.1 atendimento às requisições formais de veículos, com indicação de período, local de apresentação e finalidade do serviço;

5.4.2 disponibilização de veículos em perfeitas condições de uso, limpeza, segurança e regularidade documental;

5.4.3 substituição de veículos indisponíveis dentro dos prazos contratuais;

5.4.4 envio prévio da relação de veículos e, quando cabível, dos motoristas designados;

5.4.5 emissão de termo de vistoria na entrega e devolução dos veículos;

5.4.6 manutenção de canal permanente de comunicação com a fiscalização contratual;

5.4.7 observância das normas de trânsito, segurança institucional e sigilo das operações eleitorais.

MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar:

5.5.1 veículos tipo sedan, conforme especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;

5.5.2 equipamentos obrigatórios de segurança veicular, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;

5.5.3 documentação regularizada dos veículos (CRLV, seguro obrigatório, quitação de tributos e multas);

5.5.4 sistemas de comunicação para acionamento emergencial e suporte operacional;

5.5.5 motoristas habilitados e qualificados, quando aplicável, com CNH válida, aptidão física e mental comprovada, quando solicitado, e antecedentes compatíveis com a função.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.6. A elaboração da proposta deverá considerar as seguintes características operacionais da demanda:

5.6.1 execução sob demanda, com variação significativa do quantitativo ao longo do ciclo eleitoral;

5.6.2 necessidade de disponibilização simultânea de veículos em períodos críticos do calendário eleitoral;

5.6.3 possibilidade de mobilização extraordinária na semana antecedente e nos dias do pleito, com aumento expressivo da demanda;

5.6.4 utilização dos veículos em atividades de fiscalização, apoio logístico, deslocamento de equipes técnicas e suporte às zonas eleitorais da capital.

5.6.5 inexistência de obrigatoriedade de consumo integral das diárias estimadas, sendo o pagamento vinculado às diárias efetivamente utilizadas e atestadas pela fiscalização.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.7 O prazo de garantia aplicável ao objeto é o previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber, considerando tratar-se de prestação de serviços de locação de veículos, sem transferência de propriedade de bens à Administração.

5.7.1 A CONTRATADA responderá, durante toda a execução contratual, pela qualidade, segurança, regularidade e adequação dos veículos disponibilizados, devendo promover a imediata substituição daqueles que apresentarem falhas mecânicas, defeitos, irregularidades documentais ou qualquer desconformidade com as especificações do Termo de Referência, sem ônus adicional para a Administração.

5.7.2 Em razão da natureza do objeto — serviço de locação com previsão de substituição imediata dos veículos e fiscalização contínua pela Administração — entende-se suficiente a aplicação da garantia legal, sendo desnecessária a exigência de garantia contratual complementar, conforme análise de riscos e características operacionais do Ciclo Eleitoral de 2026.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1 Fica vedada à CONTRATANTE qualquer ingerência na gestão interna da CONTRATADA, especialmente quanto à administração de pessoal. A atuação da Administração limitar-se-á à fiscalização do contrato, podendo exigir a substituição de profissionais que não atendam aos requisitos mínimos de qualificação exigidos na contratação.

PREPOSTO

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.1 Será obrigatória a presença de preposto da contratada na sede deste Regional, para execução do item 1 – Locação de veículo tipo sedan com motorista, nos dias de realização do primeiro e do segundo turno do pleito de 2026, com a finalidade de prestar apoio à gestão contratual no acompanhamento da execução do serviço. O preposto deverá auxiliar no controle dos horários de início e encerramento das atividades dos motoristas, bem como no registro e acompanhamento da quilometragem rodada por cada veículo, além de atuar como ponto de contato entre a contratada e a Administração para o adequado gerenciamento da prestação do serviço durante o período eleitoral.

6.6.2 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7.1 As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 19, §1º)

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.9 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.10 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.16 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17 Verificar antes de cada pagamento, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante consulta aos sistemas oficiais aplicáveis;

6.18 Conferir a conformidade entre as diárias efetivamente executadas, os relatórios de utilização de veículos e as notas fiscais apresentadas;

6.19 Controlar o saldo contratual e o consumo das diárias, inclusive quanto à utilização sob demanda e aos limites estimados no planejamento da contratação;

6.20 Registrar, em sistema próprio ou processo administrativo, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual;

6.21 Subsidiar o gestor do contrato com informações para aplicação de glosas, sanções, reajustes ou eventuais alterações contratuais;

6.22 Acompanhar a vigência contratual e alertar, tempestivamente, sobre a necessidade de prorrogação, nova contratação ou encerramento do ajuste.

GESTOR DO CONTRATO

6.23 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.24 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.25 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho

de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.26 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.27 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.28 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.29 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

OBRIGAÇÕES

6.30 São obrigações da Contratante:

6.31 Designar representante com competência legal para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando as providências necessárias à regularização de falhas, faltas ou defeitos observados;

6.32 Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade ou inadequação verificada na prestação dos serviços, fixando prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

6.33 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações contratuais, fornecendo, quando couber, as informações e autorizações indispensáveis à execução do objeto;

6.34 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato;

6.35 Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na forma e prazos previstos neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

6.36 Informar previamente à CONTRATADA as programações de utilização dos veículos, com indicação de quantidades, períodos, locais de apresentação e servidores autorizados, conforme planejamento operacional das Eleições 2026;

6.37 Exigir a substituição imediata de veículos ou motoristas que não atendam às condições contratuais, técnicas ou legais estabelecidas;

6.38 Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplemento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.39 São obrigações da Contratada:

6.40 Executar os serviços de locação de veículos em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato;

6.41 Disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, devidamente licenciados, assegurados e em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

6.42 Substituir, imediatamente ou no prazo máximo definido contratualmente, qualquer veículo que apresente falha mecânica, defeito, irregularidade documental ou inadequação às especificações exigidas, sem ônus adicional para a Administração;

6.43 Disponibilizar motoristas devidamente habilitados, qualificados e aptos, quando se tratar de locação com condutor, observando-se a legislação de trânsito, as normas de segurança e as exigências previstas neste Termo de Referência;

6.44 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não havendo vínculo empregatício entre a Administração e os empregados da CONTRATADA;

6.45 Manter plantão de atendimento para suporte operacional durante todo o período de execução contratual, especialmente nos períodos críticos do calendário eleitoral;

6.46 Informar, após a assinatura do contrato, os dados de contato atualizados (telefone, e-mail e endereço), bem como indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual;

6.47 Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.48 Observar as normas de segurança e medicina do trabalho, fornecendo aos seus empregados os equipamentos de proteção individual – EPI e treinamento necessários à execução segura das atividades;

6.49 Cumprir as exigências de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao uso de veículos que atendam às normas ambientais aplicáveis e à preferência por combustíveis renováveis (tecnologia flex);

6.50 Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, assegurado o direito de regresso quando cabível;

6.51 Atender, de forma tempestiva, às requisições de veículos emitidas pela CONTRATANTE, inclusive quanto à disponibilização simultânea nos períodos de maior demanda operacional do Ciclo Eleitoral de 2026.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Para o Item 1:

A medição será realizada com base no valor da diária efetivamente executada e devidamente atestada pela fiscalização do contrato, acrescida, quando cabível, da quilometragem excedente e das horas excedentes que não forem passíveis de compensação, nos termos previstos neste instrumento.

7.1.1 O formulário de circulação de veículos que será fornecido pela Contratante é o documento adequado para controle de horário e quilometragem.

7.1.2 Para os Itens 2 e 3:

A medição será realizada com base no valor da diária efetivamente executada e devidamente atestada pela fiscalização do contrato, acrescida, quando cabível, das horas que excederem a tolerância de até 2 (duas) horas adicionais, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

7.1.2.1 A Contratada deverá encaminhar à Contratante, previamente à emissão das faturas, a memória de cálculo detalhada que servirá de base para o faturamento, contendo a discriminação das diárias executadas e das eventuais horas excedentes.

RECEBIMENTO

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021).

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere à parcela a ser paga.

7.2.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.6. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.2.7 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.8 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.9 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.10 Enviar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de

liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.3.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.4 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.4.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.5 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.5.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item.

8.1.1. A proposta apresentada pela licitante deverá discriminar, expressamente, o valor unitário da diária.

8.1.2. No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Habilitação Jurídica

8.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa**

individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.8. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.4.8.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.4.8.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.4.8.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.4.8.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.4.8.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.5. Qualificação Técnica

8.5.1 Comprovação de aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.5.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços de locação de veículos compatíveis em natureza e vulto com o objeto desta contratação, observando-se:

8.5.2.1 Para os serviços que envolvam disponibilização de motoristas, os atestados deverão comprovar a execução de contratos de locação de veículos com motorista, incluindo, no mínimo, a disponibilização de condutores devidamente habilitados, a gestão operacional da frota e a prestação contínua do serviço por período determinado.

8.5.2.2 Para os serviços que não envolvam disponibilização de motoristas, os atestados deverão comprovar a execução de contratos de locação de veículos, incluindo, no mínimo, a disponibilização de frota em condições de uso, a realização de manutenção preventiva e corretiva e a substituição de veículos em caso de indisponibilidade.

8.5.2.3 A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada mediante a apresentação de um ou mais atestados, admitindo-se o somatório de quantitativos, inclusive de contratos executados de forma concomitante.

8.5.2.4 Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.2.5 O fornecedor deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida a apresentação de cópia do contrato que lhes deu origem, endereço da contratante e local de execução do objeto, dentre outros documentos pertinentes.

8.5.2.6 Os atestados apresentados deverão evidenciar, sempre que possível, a capacidade da licitante para atendimento simultâneo de demandas, mediante a disponibilização de múltiplos veículos em operação concomitante, compatível com as necessidades da presente contratação.

8.5.2.7 A licitante deverá declarar que dispõe, ou que terá condições de dispor, de estrutura operacional e frota suficiente para o atendimento simultâneo das demandas previstas, conforme quantitativos estimados neste Termo de Referência.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O custo estimado da contratação está previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste documento.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização do contrato caberá ao servidor responsável pelo Núcleo de Transporte – NTR, tendo como gestor da contratação o Coordenador de Apoio Administrativo – COAPA e o Secretário de Administração, como suplente.

12 - PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- d) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- e) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 9.1 e as condutas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 9.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea “f” deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

Equipe de Planejamento da Contratação:

(Assinado eletronicamente)

Claudio Emmanuel Medeiro Dantas

COAPA

Integrante demandante

(Assinado eletronicamente)

Jonatas Alves de Souza

NTR

Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)

MARCUS VINICIUS VIANA DE OLIVEIRA

COAPA

Integrante Administrativo

De acordo:

Hugo Pereira Filho

Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90019/2026 - TRE/CE
ANEXO 3 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 A contratação justifica-se pela insuficiência da frota própria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará para atender às demandas concentradas, simultâneas e intensificadas do período eleitoral, conforme verificado em pleitos anteriores.

1.2 O Ciclo Eleitoral de 2026 demanda elevada mobilidade das equipes técnicas, administrativas e de fiscalização, além de suporte logístico contínuo às zonas eleitorais da capital. Diante disso, a locação de veículos por diária mostra-se imprescindível para garantir a regularidade das atividades eleitorais, o cumprimento do calendário legal e a mitigação de riscos operacionais.

1.3 As estimativas apresentadas decorrem de planejamento formal homologado (Planejamento Integrado de Eleições – PIE), conferindo previsibilidade, racionalidade e consistência técnica ao dimensionamento da contratação.

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

2.1 Conforme item 4 do Documento de Formalização da Demanda (Doc. 0001311569), a demanda está prevista no Planejamento Integrado de Eleições (PIE).

3. QUANTIDADES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Quantitativos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	veículo do tipo sedan com motorista	Diária	924
2	veículo tipo sedan – sem motorista (câmbio manual)	Diária	1.826
3	veículo do tipo sedan – sem motorista (câmbio automático)	Diária	312

3.1.1 previsão de utilização do item 1- veículo do tipo sedan com motorista

a) As quantidades de diárias para o item 1 foram definidas com base no Planejamento Integrado das Eleições 2026, elaborado por intermédio da COELE, conforme Documento SEI nº 0001308666 e com base nas demandas em pleitos anteriores. Tratam-se de estimativas passíveis de alteração, mediante decisão devidamente fundamentada da Administração Superior, em razão de eventuais ajustes no planejamento operacional do Pleito Eleitoral de 2026.

b) Previsão de utilização:

ELEIÇÕES 2026 – SEDAN COM MOTORISTA – CARTÓRIOS DA CAPITAL			
Atendimento	Período	Qt. Veículos	Qt. Diárias
Diretoria do Fórum	01/07/2026 a 31/08/2026	3	132
Cartórios	01/09/2026 a 03/10/2026	8	192
Cartórios	05/10/2026 a 24/10/2026	4	60
Cartórios	04/10/2026 e 25/10/2026	34	68
Equipe de segurança e forças policiais	dia do 1º e 2º turno do Pleito de 2026 (dias 04/10/2026 e 25/10/2026, respectivamente)	17	34
Total			486

ELEIÇÕES 2026 – SEDAN COM MOTORISTA – FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA			
Atendimento	Período	Qtd. Veículos	Qt. Diárias
Cartórios	15/08/2026 a 04/10/2026	6	306
Cartórios	05/10/2026 a 26/10/2026	6	132
Total			438

CONSOLIDADO GERAL – SEDAN COM MOTORISTA	
Descrição	Qt. Diárias
Cartórios da Capital e forças de segurança	486
Fiscalização de Propaganda	438
TOTAL GERAL	924

c) o quantitativo contratado será utilizado sob demanda, não havendo obrigatoriedade de consumo integral das diárias estimadas.

d) A empresa contratada deverá estar apta para disponibilizar, de forma simultânea, a quantidade de veículos necessária para atender a cada período de execução contratual, conforme a previsão de utilização apresentada acima. **O cumprimento da simultaneidade é obrigatório**, considerando a ocorrência de demandas concomitantes em períodos críticos do calendário eleitoral, sendo condição indispensável para a plena execução das atividades previstas e para a regular condução das ações da Justiça Eleitoral durante o Pleito Eleitoral de 2026.

3.1.2 previsão de utilização do item 2 e 3- veículo do tipo sedan sem motorista

a) As quantidades de diárias no quadro abaixo foram definidas com base no Planejamento Integrado das Eleições 2026, elaborado por intermédio da COELE, conforme Documento SEI nº 0001308666. Tratam-se de estimativas passíveis de alteração, mediante decisão devidamente fundamentada da Administração Superior, em razão de eventuais ajustes no planejamento operacional do Pleito Eleitoral de 2026.

b) Previsão de utilização:

ELEIÇÕES 2026 – VEÍCULOS SEM MOTORISTA (NAT e IA)				
Período	Qtd. Veículos	Total Diárias	de Câmbio Manual	Câmbio Automático
NAT – 1ª Viagem (30/08/2026 a 12/09/2026)	36	446	379	67
NAT – 2ª Viagem (20/09/2026 a 06/10/2026)	36	612	520	92
NAT – 3ª Viagem – 2º Turno (14/10/2026 a 27/10/2026)	36	504	429	75

Período	Qtd. Veículos	Total de Diárias	Câmbio Manual	Câmbio Automático
Viagens de instalação e atualização – IA (15/05/2026 a 10/08/2026)	6	330	281	49
Secretaria (durante toda a vigência contratual)	5	50	50	
Total Geral		1.942	1.659	283

c) Previsão de Reserva técnica para o item 2 e 3 - veículo tipo sedan – sem motorista

Considerando uma reserva técnica de 10% sobre o quantitativo estimado por período, com o objetivo de absorver eventuais demandas não previstas, ajustes operacionais e variações logísticas durante o Ciclo Eleitoral de 2026, resultando na atualização proporcional das quantidades de veículos e diárias previstas.

ELEIÇÕES 2026 – VEÍCULOS SEM MOTORISTA (NAT e IA) (Tabela com Reserva Técnica de 10%)				
Período	Qtd. Veículos	Total de Diárias (com reserva)	Câmbio Manual	Câmbio Automático
NAT – 1ª Viagem (30/08/2026 a 12/09/2026)	40	491	417	74
NAT – 2ª Viagem (20/09/2026 a 06/10/2026)	40	674	572	102
NAT – 3ª Viagem – 2º Turno (14/10/2026 a 27/10/2026)	40	555	472	83
Viagens de instalação e atualização – IA (15/05/2026 a 10/08/2026)	7	363	310	53
Secretaria- vigência contratual	7	55	55	
Total Geral		2.138	1.826	312

d) o quantitativo contratado será utilizado sob demanda, não havendo obrigatoriedade de consumo integral das diárias estimadas.

e) A empresa contratada deverá estar apta para disponibilizar, de forma simultânea, a quantidade de veículos necessária para atender a cada período de execução contratual, conforme a previsão de utilização apresentada acima. **O cumprimento da simultaneidade é obrigatório**, considerando a ocorrência de demandas concomitantes em períodos críticos do calendário eleitoral, sendo condição indispensável para a plena execução das atividades previstas e para a regular condução das ações da Justiça Eleitoral durante o Pleito Eleitoral de 2026.

3.2 Requisitos Qualitativos

3.2.1 Para o item 1- veículo do tipo sedan com motorista

a) capacidade para transportar, no mínimo, 5 (cinco) passageiros, incluído o motorista, ano modelo 2022 ou superior, com ar condicionado. A diária de locação do veículo com motorista que ficará à disposição do TRE/CE equivalerá ao período de 9 (nove) horas, já incluída 1 (uma) hora de intervalo.

b) Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruído fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente.

c) Sustentabilidade: Somente será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável, como etanol e biodiesel, inclusive por meio de tecnologia flex, nos termos da Lei nº 9.660/1998.

d) Os veículos disponibilizados deverão estar devidamente registrados e licenciados junto ao órgão de trânsito competente, devendo o contratado comprovar, quando da disponibilização, a regularidade documental, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado e comprovação de quitação do IPVA, seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável) e eventuais multas de trânsito.

e) Os motoristas deverão: possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria exigida para cada tipo de veículo; estar em plena aptidão física e mental, comprovado por meio do Atestado de Saúde Ocupacional -ASO previsto na NR-07 da Portaria nº 3.214/1978 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), em conformidade com a legislação de trânsito vigente; apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

3.2.2 Para o item 2-veículo tipo sedan – sem motorista (câmbio manual)

a) possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano modelo 2024 ou superior.

b) Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata.

d) Os veículos disponibilizados deverão estar devidamente registrados e licenciados junto ao órgão de trânsito competente, devendo o contratado comprovar, quando da disponibilização, a regularidade documental, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado e comprovação de quitação do IPVA, seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável) e eventuais multas de trânsito.

3.2.3 Para o item 3 - veículo do tipo sedan – sem motorista (câmbio automatico)

- a) possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano modelo 2024 ou superior.
- b) Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata.
- d) Os veículos disponibilizados deverão estar devidamente registrados e licenciados junto ao órgão de trânsito competente, devendo o contratado comprovar, quando da disponibilização, a regularidade documental, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado e c omprovação de quitação do IPVA, seguro obrigatório (DPVAT, se aplicável) e eventuais multas de trânsito.

3.4 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

3.4.1 Os quantitativos foram definidos em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à demonstração da viabilidade da contratação e do dimensionamento adequado da solução. Para tanto, foram utilizados como fundamentos:

- o Planejamento Integrado das Eleições 2026;
- a experiência operacional acumulada em pleitos anteriores;
- o cronograma técnico elaborado pela SEPEL, que permitiu identificar o pico de demandas e dimensionar adequadamente os quantitativos, nos termos do documento 0001308666
- as necessidades específicas do NAT e da equipe de Instalação e Atualização — IA.

3.4.2 Aplicou-se reserva técnica de 10% sobre os quantitativos estimados para o item 2 e 3, como medida de governança e mitigação de riscos, destinada a absorver demandas supervenientes, variações operacionais e ajustes logísticos decorrentes da dinâmica do processo eleitoral.

3.4.3 O dimensionamento considerou o pico simultâneo de utilização identificado no planejamento operacional, em conformidade com as boas práticas de planejamento e gestão de riscos nas contratações públicas, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços durante períodos críticos do calendário eleitoral.

3.4.4 As quantidades possuem caráter estimativo, podendo sofrer ajustes devidamente fundamentados pela Administração, nos termos do planejamento da contratação, ficando a execução financeira limitada às diárias efetivamente utilizadas.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 Análise das soluções possíveis para o item 1- veículo do tipo sedan com motorista:

Solução 1	Contratação de empresa especializada
Descrição da solução	Locação de veículos por diária com disponibilização de motoristas pela contratada
Principais aspectos operacionais	A contratada fornece veículo e condutor, responsabilizando-se pela gestão da mão de obra, combustível e operação do serviço.
Componentes dos custos envolvidos	Diárias de locação do veículo e encargos incluídos na prestação do serviço da diária do motorista.
Solução 2	Frota de veículo própria ou locada com a condução dos automóveis por servidores
Descrição da solução	Utilização de veículos de órgãos públicos por meio de cessão ou locação junto a iniciativa privada, com a condução realizada por servidores.
Principais aspectos operacionais	A frota própria do Tribunal não comporta a demanda simultânea de veículos, sendo necessária a complementação por meio cessão de veículo ou de locação. A cessão de veículo por meio de órgãos públicos, torna-se viável apenas para atividades que ocorrem aos finais de semana para não comprometer suas atividades institucionais. Exige-se, ainda, a alocação da mão de obra dos servidores deste Regional para condução dos veículos durante a execução dos serviços.

Solução 1	Contratação de empresa especializada
Componentes dos custos envolvidos	Locação de veículos, custos indiretos com pessoal (hora extra dos serviços extraordinários dos servidores) e combustível.
Solução 3	Frota de veículo própria ou locada com a condução dos automóveis por motoristas terceirizados deste Regional
Descrição da solução	Utilização de veículos de órgãos públicos ou locados, com a condução realizada por motoristas terceirizados deste Regional
Principais aspectos operacionais	A frota própria do Tribunal não comporta a demanda simultânea de veículos, sendo necessária a complementação por meio de locação. A cessão de veículo por meio de órgãos públicos, torna-se viável apenas para atividades que ocorrem aos finais de semana para não comprometer suas atividades institucionais. Além disso, a ampliação da quantidade contratada de motoristas terceirizados não seria possível, uma vez que ultrapassaria os percentuais fixados pela legislação vigente.
Componentes dos custos envolvidos	Locação de veículos, custos diretos com contratação de novos motoristas terceirizados e combustível.

4.2 Análise das soluções possíveis para o item 2 e 3- locação de veículo tipo sedan com câmbio manual ou automático sem motorista

Solução 1	Locação de veículo por diária
Descrição da solução	Contratação de veículos sem motorista com pagamento por diária de utilização
Principais aspectos operacionais	Maior flexibilidade operacional, permitindo a utilização dos veículos conforme a demanda, inclusive de forma não contínua
Componentes dos custos envolvidos	Maior flexibilidade operacional, permitindo a utilização dos veículos conforme a demanda, inclusive de forma não contínua
Solução 2	Locação mensal de veículo
Descrição da solução	Contratação de veículos sem motorista por período mensal, com disponibilização contínua
Principais aspectos operacionais	Disponibilidade permanente dos veículos durante o período contratado, independentemente da efetiva utilização
Componentes dos custos envolvidos	Valor mensal da locação, com custos fixos ao longo do período contratual.

4.3 JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

4.3.1 ITEM 1 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM MOTORISTA

Dentre as alternativas analisadas, a solução 1- contratação de empresa especializada para locação de veículos com disponibilização de motoristas apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.

A possibilidade de cessão de veículos por outros órgãos públicos apresentada na solução 2, mostra-se limitada, tendo em vista que tais disponibilizações, quando ocorrem, concentram-se em dias não úteis, especialmente nas vésperas e no dia do pleito. Ademais, em regra, a cessão ocorre sem o fornecimento de combustível, permanecendo este sob responsabilidade deste Regional, o que acarreta custos adicionais e necessidade de gestão operacional.

No que se refere à utilização de servidores do próprio Tribunal para condução dos veículos, verifica-se que tal hipótese demandaria a realização de horas extraordinárias, considerando que as atividades de deslocamento frequentemente ultrapassam a jornada regular de trabalho, gerando custos adicionais e impacto na gestão de pessoal. Ademais, a alocação desses servidores para a condução dos veículos implicaria o desfalque de suas unidades de lotação, com redução da força de trabalho disponível e possíveis prejuízos à execução das atividades do setor.

Por sua vez, a alternativa de contratação da locação de veículos dissociada da contratação de motoristas terceirizados, conforme apresentado na solução 3, implicaria custos adicionais relacionados à mão de obra, incluindo encargos trabalhistas, tributos e despesas administrativas, a serem suportados por este Regional, além de maior complexidade na gestão contratual. Soma-se a isso o custo de combustível, que permaneceria sob responsabilidade deste Regional.

Dessa forma, a solução 1, contratação de empresa especializada, com fornecimento conjunto de veículos e motoristas, revela-se a solução mais adequada, por concentrar a execução do serviço em um único instrumento contratual, conferir maior eficiência operacional e assegurar melhor previsibilidade dos custos envolvidos, inclusive quanto aos gastos com combustível.

4.3.2 ITEM 2 e 3 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO SEM MOTORISTA

A solução 1 – locação por diária apresenta maior flexibilidade operacional, permitindo a adequação da quantidade de veículos às necessidades efetivas do órgão, especialmente em contextos de demanda não contínua, como ocorre nas atividades deste Regional.

Sob o aspecto econômico, a solução 1 possibilita maior controle dos gastos, uma vez que os custos estão diretamente vinculados à utilização dos veículos, evitando despesas fixas em períodos de menor demanda.

Por outro lado, a solução 2 – locação mensal caracteriza-se pela disponibilização contínua dos veículos, com custos fixos ao longo do período contratual, independentemente da efetiva utilização, o que pode ocasionar ociosidade de recursos em cenários de demanda variável.

Dessa forma, considerando a variabilidade das necessidades operacionais e a busca pela otimização dos recursos públicos, a solução 1 – locação por diária revela-se a alternativa mais adequada para atender aos interesses da Administração Pública.

4.3.3 LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE MERCADO

Com o objetivo de identificar os valores praticados no mercado para as soluções escolhidas, foi realizado levantamento com base em contratações anteriores deste Regional.

a) ITEM 1 – VEÍCULO COM MOTORISTA

Fornecedor	Valor da diária	Preço da última contratação	observação
ASA RENT A CAR	R\$330,00	R\$ 143.220,00	Contrato 76/2024 combustível por conta da contratada com franquia de 70 (setenta) quilômetros por dia.

b) ITEM 2 – VEÍCULO COM CÂMBIO MANUAL SEM MOTORISTA

Fornecedor	Valor da diária	Preço da última contratação	observação
ASA RENT A CAR	R\$142,00	R\$ 35.500,00	Contrato 88/2024

c) ITEM 3 – VEÍCULO COM CÂMBIO AUTOMÁTICO SEM MOTORISTA

Fornecedor	Valor da diária	Preço da última contratação	observação
ASA RENT A CAR	R\$230,00	R\$ 28.750,00	Contrato 88/2024

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos valores praticados em contratações anteriores deste Regional, os quais foram atualizados monetariamente com base na variação acumulada do IPCA no período de 2023 a 2026, de forma a assegurar a compatibilidade dos valores com a realidade atual, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Valores Históricos (2023) Atualizados pelo IPCA em 2026			
Categoria	Valor 2023	IPCA Acumulado (2023–2026)	Valor Atualizado 2026
Sedan com motorista	R\$ 330,00	+18,50 %	R\$ 391,05
Sedan sem motorista (manual)	R\$ 142,00	+18,50 %	R\$ 168,27
Sedan automático sem motorista	R\$ 230,00	+18,50 %	R\$ 272,55

5.2 A partir dos valores unitários atualizados, procedeu-se à estimativa do valor da presente contratação, considerando o histórico de demandas deste Regional, as necessidades operacionais previstas para o período de execução contratual e as especificidades das atividades a serem desempenhadas, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL (COM RT 10%)
1	Locação de veículo tipo sedan com motorista	Diária	924	R\$ 391,05	R\$ 361.330,20
2	Locação de veículo tipo sedan – câmbio manual – sem motorista	Diária	1.826	R\$ 168,27	R\$ 307.261,02
3	Locação de veículo tipo sedan – câmbio automático – sem motorista	Diária	312	R\$ 272,55	R\$ 85.035,60
TOTAL GERAL					R\$ 753.626,82

5.3 A estimativa considerou o último valor contratado por este Regional para os mesmos itens, aplicando-se reserva técnica de 10% para os itens 2 e 3, visando ao planejamento máximo da despesa.

5.4 Os valores apresentados neste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter meramente estimativo, sendo utilizados exclusivamente para fins de planejamento orçamentário da contratação e dimensionamento preliminar da despesa, nos termos dos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 A definição dos valores unitários de referência para fins de contratação será realizada oportunamente pela Seção de Análise de Preços – SANAP, mediante pesquisa formal de mercado, observando-se os parâmetros legais aplicáveis, a metodologia de formação de preços adotada pelo Tribunal e as condições efetivamente praticadas no mercado à época da licitação.

5.6 Os valores ora indicados não constituem limite definitivo de contratação, podendo ser ajustados conforme resultado da cotação oficial e das propostas apresentadas no certame.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 ITEM 1 – VEÍCULO COM MOTORISTA

6.1.1 A solução para o item 1 consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículos tipo sedan, com disponibilização de motorista, por diária, visando atender às demandas de deslocamento institucional deste Regional, especialmente no período eleitoral.

6.1.2 A execução do serviço ocorrerá sob demanda, mediante solicitação prévia do setor responsável, com indicação do local de apresentação, período de utilização e demais condições necessárias à adequada prestação do serviço. As quantidades de diárias estimadas possuem caráter meramente referencial, podendo ser ajustadas conforme a evolução das necessidades operacionais.

6.1.3 A diária de locação do veículo com motorista que ficará à disposição do TRE/CE equivalerá ao período de 9 (nove) horas, já incluída 1 (uma) hora de intervalo.

6.1.4 A jornada de utilização dos veículos poderá sofrer variações conforme a necessidade do serviço, admitindo-se a compensação de horários excedentes entre os dias de utilização. Dependendo da necessidade, a duração da diária poderá ser extrapolada, podendo ser realizada compensação de horas (minutos) excedentes nos dias subsequentes, bem como liberação antecipada para formação de banco de horas para utilização ulterior. Na impossibilidade de compensação, o tempo excedente será remunerado proporcionalmente ao valor da diária, calculado mediante a divisão do valor da diária por 480 (quatrocentos e oitenta), para cada minuto excedente.

6.1.5 Os veículos serão disponibilizados com franquia diária de 70 (setenta) quilômetros, sendo que a quilometragem não utilizada poderá ser acumulada para uso posterior. Para fins de apuração de eventual excedente, será considerada a quilometragem total que ultrapassar o produto entre o número de diárias utilizadas e a franquia estabelecida, sendo pago o valor de R\$ 2,00 (dois reais) por quilômetro excedente.

6.1.6 O fornecimento de combustível será de responsabilidade da contratada, assim como a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, devendo estes ser disponibilizados em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, seguros, limpos e abastecidos.

6.1.7 Em caso de falha mecânica ou qualquer intercorrência durante a execução das atividades, a contratada deverá providenciar a substituição imediata do veículo por outro de características equivalentes ou superiores.

6.1.8 A contratada será responsável pela disponibilização de motoristas devidamente habilitados, bem como pela gestão integral da mão de obra, incluindo encargos trabalhistas, tributos e demais obrigações legais, sendo também responsável por eventuais infrações de trânsito cometidas durante a execução dos serviços.

6.1.9 Para fins de controle operacional, a contratante fornecerá formulário de circulação de veículos, o qual deverá ser devidamente preenchido pelos motoristas, contemplando informações relativas à quilometragem e aos horários de utilização.

6.1.10 A contratada deverá manter canal de atendimento contínuo para acionamento dos serviços e comunicação de ocorrências, especialmente em períodos críticos, como véspera e dia de eleição, garantindo a continuidade da prestação do serviço.

6.2 ITENS 2 E 3 – VEÍCULOS SEM MOTORISTA

6.2.1 A solução para os itens 2 e 3 consiste na contratação de empresa especializada para locação de veículos tipo sedan, sem motorista, por diária, abrangendo veículos com câmbio manual e automático, conforme a necessidade do serviço.

6.2.2 A execução do serviço ocorrerá sob demanda, mediante solicitação do setor responsável, com indicação do período de utilização, local de entrega e demais condições necessárias à adequada prestação do serviço.

6.2.3 Os veículos serão disponibilizados com quilometragem livre, devendo ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, seguros e com a manutenção em dia.

6.2.4 A manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de responsabilidade da contratada, independentemente do

local onde se encontrem, cabendo à mesma verificar previamente as condições de uso e providenciar os reparos necessários.

6.2.5 As ocorrências relacionadas ao funcionamento dos veículos serão comunicadas à contratada, que deverá indicar o procedimento a ser adotado, seja por meio de encaminhamento à oficina ou substituição do veículo.

6.2.6 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho correrão por conta da contratada, independentemente da solução adotada.

6.2.7 Os veículos deverão possuir seguro total, com cobertura mínima para danos materiais e corporais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada.

6.2.8 Em caso de sinistro, as franquias máximas a serem suportadas pelo contratante observarão limites previamente estabelecidos para cada tipo de ocorrência, incluindo danos gerais, vidros e demais componentes.

6.2.9 Na hipótese de indisponibilidade de veículos na quantidade solicitada, a contratada deverá disponibilizar veículos similares ou superiores, sem acréscimo de custos, cabendo ao gestor do contrato a análise da adequação.

6.2.10 A contratada deverá encaminhar, previamente a cada disponibilização, a relação dos veículos a serem utilizados, contendo informações como marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível e placas.

6.2.11 Em caso de necessidade de manutenção corretiva superior a 6 (seis) horas, a contratada deverá providenciar a substituição do veículo, observando prazos compatíveis com a localização, contados a partir da solicitação do gestor do contrato.

6.2.12 Os veículos deverão ser entregues limpos, com documentação regular e tanque cheio, devendo ser devolvidos nas mesmas condições.

6.2.13 A contratada deverá estar disponível para entrega e recebimento dos veículos inclusive em finais de semana e feriados, mediante agendamento prévio.

6.2.14 No ato da entrega e devolução dos veículos, será realizado procedimento de vistoria, com emissão de termo contendo informações sobre as condições do veículo, quilometragem e identificação do condutor, em duas vias.

6.2.15 Será admitida tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo, sem incidência de cobrança adicional. Ultrapassado esse limite, o tempo excedente será cobrado de forma proporcional desde o primeiro minuto que exceder o horário originalmente pactuado para devolução, observado o limite máximo correspondente a 1 (uma) diária.

6.2.16 Em caso de avarias decorrentes da utilização, os pedidos de ressarcimento deverão ser instruídos com, no mínimo, três orçamentos detalhados, sendo considerado, para fins de pagamento, o de menor valor, mediante apresentação de nota fiscal correspondente.

6.2.17 No que se refere às infrações de trânsito, a contratada deverá encaminhar as notificações recebidas no prazo adequado, de modo a possibilitar a identificação do condutor e o exercício do direito de defesa, cabendo à mesma adotar as providências administrativas necessárias, inclusive quanto ao pagamento e posterior ressarcimento, quando aplicável.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 A divisão por item já assegura competitividade, não havendo ganho econômico com parcelamento adicional.

7.2 Trata-se de Sistema de Registro de Preços? (x) Não. () Sim

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1 A contratação tem por finalidade:

- garantir a mobilidade operacional das equipes técnicas, administrativas e de fiscalização envolvidas no Ciclo Eleitoral de 2026;
- reduzir o risco de descontinuidade ou atraso na execução das atividades cartorárias e operacionais;
- assegurar o cumprimento do calendário eleitoral e das determinações legais e regulamentares aplicáveis ao pleito.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação?

(x) Não. () Sim.

A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente

9.2. Será necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?

(X) Não. () Sim.

A contratação não demandará qualquer capacitação no ambiente

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda? () Não. (X) Sim.

Contrato de combustível 39/2023 para os itens 2 e 3

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

11.1 A contratação adota critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 12.305/2010 e normas ambientais correlatas, incluindo a exigência de veículos flex e conformidade com limites de emissão e ruído do CONAMA.

12. ANÁLISE DE RISCOS

Nº	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência	Prob.	Impacto	Nível	Estratégia	Ações de Resposta	Responsável	Gestor do Risco
1	Frustração parcial do processo de contratação	Pesquisa de preços inadequada ou baixa atratividade do edital	Atraso na formalização contratual e impacto nas atividades eleitorais	2	4	Médio (8)	Mitigar	ETP e TR alinhados ao mercado; pesquisa de preços aderente à realidade local	COGEL	SAD
2	Não entrega ou indisponibilidade do objeto contratado	Inexecução contratual ou insuficiência operacional do fornecedor	Atraso ou interrupção das atividades cartorárias e de fiscalização	3	4	Elevado (12)	Mitigar	Fiscalização contínua; previsão de substituição imediata; possibilidade de requisição institucional contingencial	Fiscal e Gestor do Contrato	SAD/DIGER
3	Indisponibilidade de combustível para abastecimento dos veículos	Insuficiência de combustível nos veículos durante a execução contratual	Falha na renovação da empresa que fornece combustível.	3	5	Elevado (15)	Mitigar	Contratação direta por dispensa de licitação até que promova nova contratação	Fiscal e Gestor do Contrato	SAD/COAPA
4	Veículos em más condições	Falta de manutenção preventiva	Risco à segurança e paralisação	3	5	Elevado (15)	Mitigar	Realizar vistorias e exigir veículos revisados	Fiscal e Gestor do Contrato	NTR/COAPA
5	Motorista sem qualificação	Falha na contratação	Possíveis acidentes e falhas na execução	3	4	Elevado (12)	Mitigar	Exigir CNH adequada e experiência comprovada	Fiscal e Gestor do Contrato	NTR/COAPA

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Com base nas informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se a contratação viável sob o aspecto técnico, atestando-se sua compatibilidade com o planejamento estratégico institucional e com as necessidades operacionais do Ciclo Eleitoral de 2026.

Fortaleza/CE, data registrada no sistema.

Equipe de Planejamento da Contratação:

(Assinado eletronicamente)
Claudio Emmanuel Medeiro Dantas
COAPA
Integrante demandante

(Assinado eletronicamente)
Jonatas Alves de Souza
NTR
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
MARCUS VINICIUS VIANA DE OLIVEIRA
COAPA
Integrante Administrativo

De acordo:
Hugo Pereira Filho
Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90019/2026 - TRE/CE

ANEXO 4 - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/2026

SEI N.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2026

Contrato de que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por, no uso da competência atribuída pela Portaria, e a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na, telefone, e-mail, doravante denominada CONTRATADA, representada por, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133 de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$

5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor constante no item 5.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;
- f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato;
- g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste
- h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desse Contrato, com habilitação e

conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

c) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

i) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Municipal do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.

j) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;

k) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

l) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

m) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

n) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

o) promover a guarda, manutenção, vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

p) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

q) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

r) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

u) **efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;**

v) **assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;**

w) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.4. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

13.2. Foi emitida em, a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número, no valor de R\$visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial apresentada pela empresa, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, *data registrada no sistema*.

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2026 - TRE/CE

ANEXO 5 – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	Locação de veículo tipo sedan com motorista	Diária	924	R\$ 540,42	R\$ 499.440,48
2	Locação de veículo tipo sedan – câmbio manual – sem motorista	Diária	1826	R\$ 273,10	R\$ 498.680,60
3	Locação de veículo tipo sedan – câmbio automático – sem motorista	Diária	312	R\$ 299,51	R\$ 93.447,12



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ**, **CHEFE DE SEÇÃO**, em 29/04/2026, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0001414173&crc=FBFCF845, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001414173** e o código CRC **FBFCF845**.

2025.0.000014354-5

0001414173v3